

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

#### 4. CENÁRIOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA

Apresentam-se a seguir os cenários atualizados para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) no horizonte de 2022 a 2031, considerando as projeções apresentadas nas seções anteriores para as variáveis macroeconômicas e fiscais. Como a IFI tem alertado nas seções de conjuntura fiscal do RAF e nas últimas revisões de cenários, os riscos fiscais e a alta dos juros, fenômenos diretamente associados, afetam o custo médio da dívida pública.

De acordo com o Banco Central, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), como proporção do PIB, mostrou tendência de queda ao longo de 2021 e do primeiro trimestre de 2022. Esse movimento decorre do maior aumento do PIB nominal (denominador) em relação ao estoque da DBGG (numerador). As projeções a serem apresentadas indicam que essa trajetória de queda da dívida continuará em 2022 nos cenários base e otimista. No pessimista, a DBGG ficaria estável em 2022 na comparação com o ano anterior.

Apesar de a queda na relação dívida/PIB configurar um fator positivo, é preciso ressaltar o contexto de aumento do custo médio da dívida, em linha com a alta da taxa básica de juros da economia (Selic). Em resposta a esse incremento no custo médio da dívida, a despesa de juros do setor público, como proporção do PIB, passou a subir em junho de 2021. Ainda que essa maior despesa de juros não tenha revertido a trajetória do resultado nominal do setor público, é preciso ter cautela em relação às pressões por maiores despesas no orçamento da União e a perda de credibilidade da regra do teto de gastos, alterada em dezembro passado para acomodar novas despesas primárias no orçamento. Esses fatores adicionam incerteza ao cenário e podem pressionar ainda mais o custo médio da dívida no futuro.

Em 2023, é provável que ganhe força o debate em relação a uma revisão nas atuais regras fiscais adotadas pelo Brasil. O desafio será o de retomar um arcabouço fiscal crível que possibilite a tarefa de, em um primeiro momento, estabilizar a relação dívida/PIB e, em um segundo momento, propicie a redução desse indicador.

##### 4.1 Evolução recente dos juros e da dívida

**Entre janeiro e março de 2022, PIB nominal cresceu R\$ 173,8 bilhões, enquanto a dívida subiu R\$ 36,0 bilhões.**

A Tabela 16 contém informações referentes à dívida bruta e ao PIB, em termos nominais. Na segunda e na quarta colunas, constam as diferenças entre os valores de dívida e PIB nos meses de janeiro e março de 2016 a 2022. Entre janeiro e março de 2020, a DBGG aumentou R\$ 207,9 bilhões, enquanto o PIB registrou alta de R\$ 56,9 bilhões. Em 2021, entre os mesmos meses, a DBGG aumentou R\$ 50,8 bilhões e o PIB subiu R\$ 175,1 bilhões. Em 2022, nessa mesma base de comparação, a DBGG teve incremento de R\$ 36,0 bilhões, enquanto o PIB cresceu R\$ 173,8 bilhões.

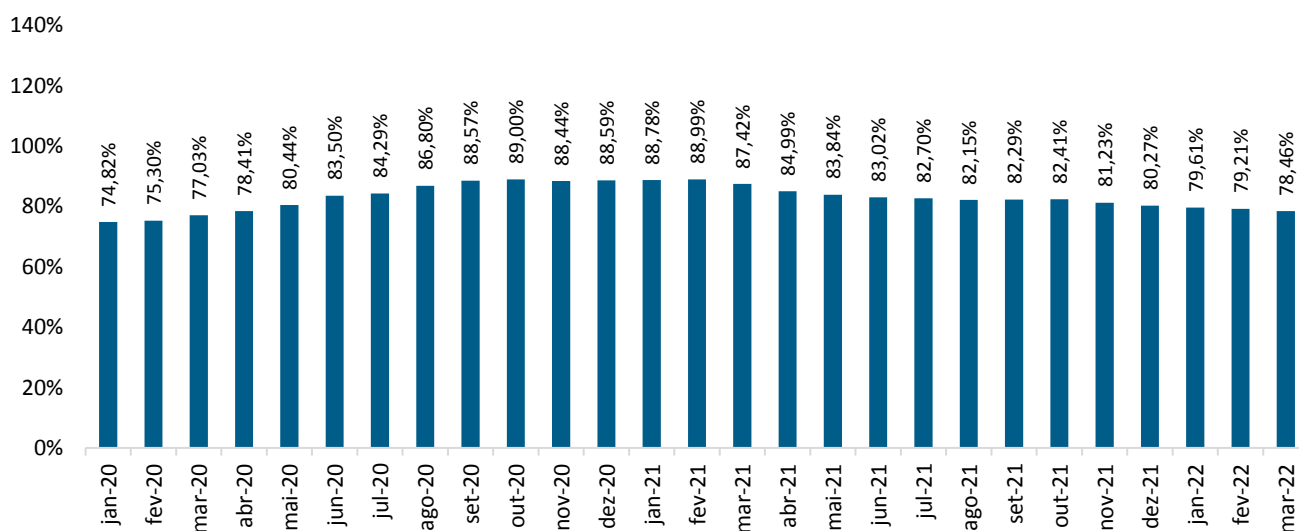
Essa comparação é fundamental para entender que a queda da dívida em relação ao PIB ao longo de 2021 e nos três primeiros meses de 2022 não reflete necessariamente uma melhora do quadro fiscal, como pode sugerir a análise isolada do indicador.

**TABELA 16. EVOLUÇÃO DA DBGG E DO PIB EM TERMOS NOMINAIS (R\$ BILHÕES)**

Mês	DBGG	Dif. Nominal (Jan-Mar)	PIB	Dif. Nominal (Jan-Mar)
Jan/16	3.992,8		6.003,1	
Mar/16	4.005,7	12,9	6.039,4	36,2
Jan/17	4.399,0		6.301,3	
Mar/17	4.527,0	128,0	6.354,9	53,5
Jan/18	4.904,3		6.624,2	
Mar/18	4.984,7	80,4	6.681,3	57,1
Jan/19	5.302,7		7.030,8	
Mar/19	5.431,0	128,3	7.081,9	51,0
Jan/20	5.550,5		7.418,5	
Mar/20	5.758,4	207,9	7.475,4	56,9
Jan/21	6.670,3		7.512,9	
Mar/21	6.721,1	50,8	7.688,0	175,1
Jan/22	6.973,2		8.759,7	
Mar/22	7.009,3	36,0	8.933,5	173,8

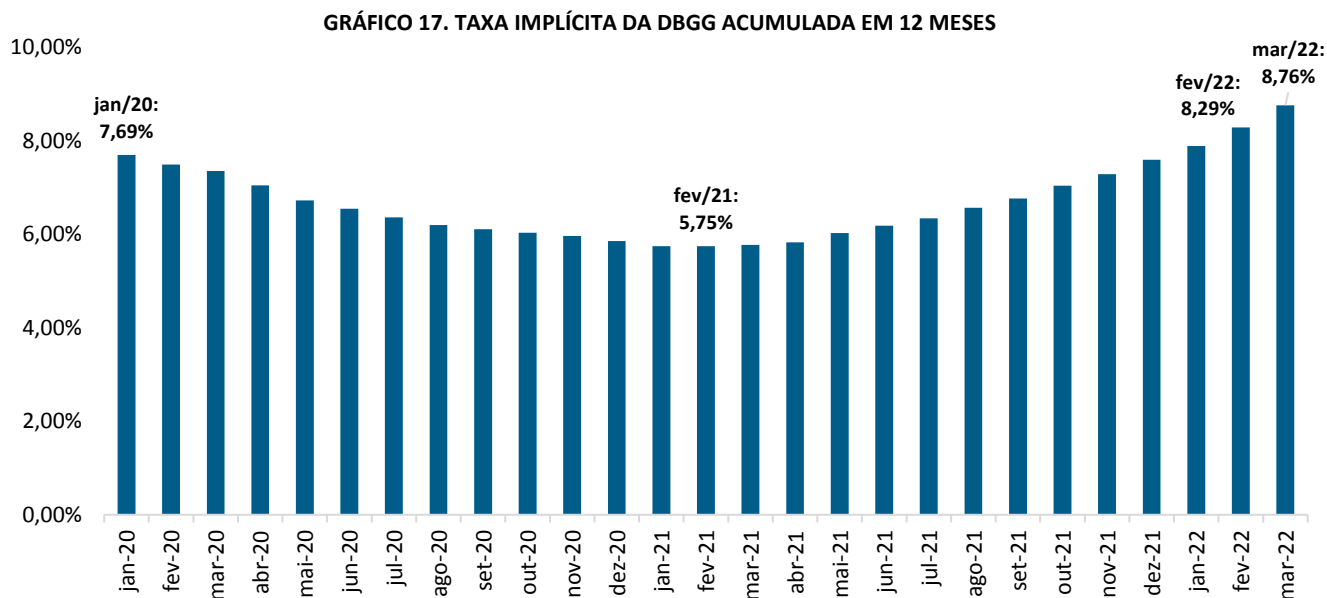
Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

**Endividamento teve queda nos últimos meses, tendo alcançado 78,5% do PIB em março.** O Gráfico 16 apresenta a evolução da dívida/PIB desde janeiro de 2020. Como se vê, pelos dados oficiais do Banco Central, houve uma redução do endividamento ao longo de 2021, com uma interrupção no terceiro trimestre do ano, e no primeiro trimestre de 2022. Em março, a DBGG caiu a 78,5% do PIB, mesmo patamar do início de 2020. Até o fim de 2022, como será apresentado adiante neste texto, a DBGG deve se estabilizar ao redor de 78% do PIB.

**GRÁFICO 16. EVOLUÇÃO DA DBGG EM PROPORÇÃO DO PIB**


Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

**Taxa implícita da dívida bruta acumulada em 12 meses registra aumento desde março de 2021.** O resultado oriundo da diminuição da relação dívida/PIB, ocasionada por período de inflação elevada, com efeitos sobre o PIB nominal, é temporário. Isso ocorre porque, em um segundo momento, o aumento dos juros para conter a alta dos preços, pelo Banco Central, afeta o custo médio da dívida e encarece a emissão de novos títulos. Isto já está ocorrendo, como pode ser observado no Gráfico 17, que contém a evolução da taxa implícita da DBGG no período recente.



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

**Incremento na taxa implícita afeta a despesa de juros do setor público.** O aumento da taxa implícita acumulada em 12 meses, de 5,7% em fevereiro de 2021 para 8,8% em março de 2022 já produz efeitos sobre a conta de juros do setor público e sobre a dinâmica da dívida. Nas últimas edições da conjuntura fiscal do RAF, a IFI tem apresentado o aumento desse custo médio da dívida e a relação desse movimento com o aperto de juros promovido pelo Banco Central. Atualmente a taxa Selic encontra-se no nível de 12,75% a.a. e deverá sofrer nova elevação na reunião de junho do Comitê de Política Monetária (Copom).

**Despesa de juros do setor público subiu de 4,03% do PIB em março de 2021 para 4,52% do PIB em março de 2022 no acumulado de 12 meses.** Na comparação em 12 meses, o pagamento líquido de juros do setor público passou de R\$ 309,9 bilhões em março de 2021 para R\$ 403,8 bilhões em março deste ano. Em proporção do PIB, essa despesa cresceu de 4,03% do PIB para 4,52% do PIB no período. De acordo com o Banco Central, esse aumento só não foi maior em razão do resultado de operações de swap cambial no período (perda de R\$ 16,6 bilhões em março de 2021 e ganho de R\$ 40,3 bilhões em março de 2022), que mais do que compensou os aumentos da Selic e da inflação no período.

O aumento da despesa de juros anula parte dos ganhos obtidos no resultado primário do setor público, em parte explicados pelo movimento das receitas – influenciado pela inflação e pelas commodities – e em parte pelo forte resultado superavitário dos estados e municípios.

**Superavit primário dos governos regionais atingiu 1,4% do PIB no acumulado de 12 meses até março.** A dinâmica dos resultados dos estados e municípios reflete também a alta da arrecadação tributária, influenciada, por sua vez, pela inflação. De acordo com as informações do Banco Central, o resultado primário dos estados e municípios está em R\$ 52,0

bilhões no acumulado do primeiro trimestre de 2022. Em 12 meses até março, o superávit desses entes alcançou R\$ 123,3 bilhões (1,4% do PIB), ante R\$ 97,7 bilhões do acumulado de janeiro a dezembro de 2021 (1,1% do PIB). Em outras palavras, os dados evidenciam que o superávit primário dos governos regionais continua crescendo, amparado em ganhos de arrecadação e despesas relativamente controladas. Eventuais reajustes de salários do funcionalismo ainda não influenciaram a dinâmica dos resultados primários dos entes subnacionais, o que configura um risco a ser monitorado pela IFI.

A Tabela 19, ao final da seção, apresenta as projeções para o resultado nominal do setor público consolidado. Isto é, além do resultado primário do governo central, já discutido na seção anterior, consideram-se as trajetórias para os estados, municípios e empresas estatais e os pagamentos de juros.

#### 4.2 Projeções

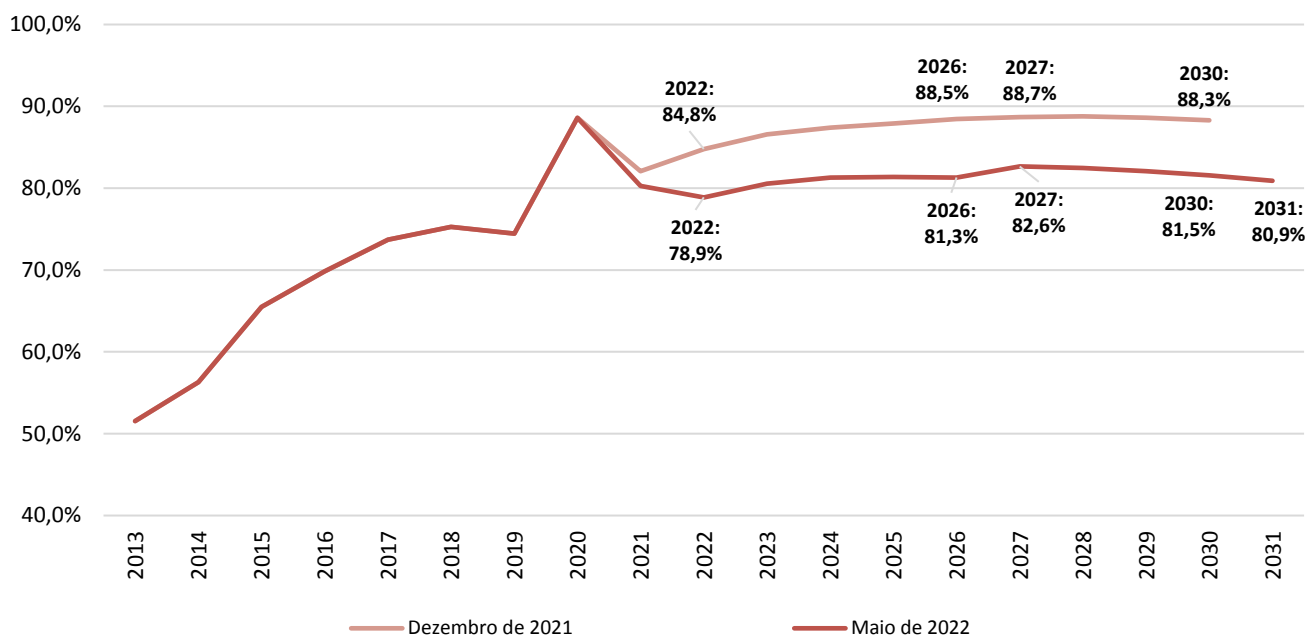
**Expectativa da IFI é que a DBGG alcance 78,9% do PIB em dezembro de 2022.** Na revisão de cenários apresentada em dezembro de 2021, a IFI projetava a dívida bruta a 84,8% do PIB em 2022. Agora, apesar da revisão para cima na projeção da Selic, a melhora do resultado primário do setor público consolidado colaborará para um patamar da DBGG a 78,9% do PIB até dezembro (Gráfico 18).

**Superávit primário do setor público consolidado deve atingir R\$ 71,5 bilhões (0,7% do PIB) em 2022.** O acréscimo projetado para a DBGG em proporção do PIB a partir de 2023 é explicado pela redução do superávit primário do setor público esperado, de R\$ 71,5 bilhões (0,7% do PIB), em 2022, para R\$ 24,2 bilhões no próximo ano (0,2% do PIB). Em 2024, esse superávit cairia a R\$ 6,8 bilhões (0,06% do PIB), de acordo com a nova projeção da IFI. Essa redução do superávit primário do setor público consolidado nos próximos anos decorreria de um arrefecimento no ritmo de crescimento da arrecadação, assim como de um aumento nas despesas.

**Pagamento de precatórios a partir de 2027 vai provocar piora no resultado primário do setor público.** Como mencionado na seção anterior, a introdução de um limite para despesas com precatórios na Constituição alivia a execução orçamentária no curto prazo, favorecendo o resultado primário do governo central até 2026. No entanto, pela regra constitucional, a partir de 2027, o passivo acumulado precisará ser quitado, o que produzirá piora no resultado primário do governo central (e do setor público, por conseguinte).

**Com o pagamento dos precatórios, a IFI estima um incremento de 1,3 p.p. na DBGG em proporção do PIB, em 2027, no cenário base.** O retorno dos pagamentos de precatórios em 2027 influencia a projeção da DBGG para aquele ano, quando o resultado primário do setor público deverá ser negativo em R\$ 126,4 bilhões, ante superávit de R\$ 43,8 bilhões a ser apurado em 2026. O pagamento de precatórios vai gerar um salto de 1,3 p.p. na DBGG, no cenário base, que subirá de 81,3% do PIB, em 2026, para 82,6% do PIB em 2027.

**GRÁFICO 18. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DBGG EM MOMENTOS SELECIONADOS (2022-2031) - % DO PIB**



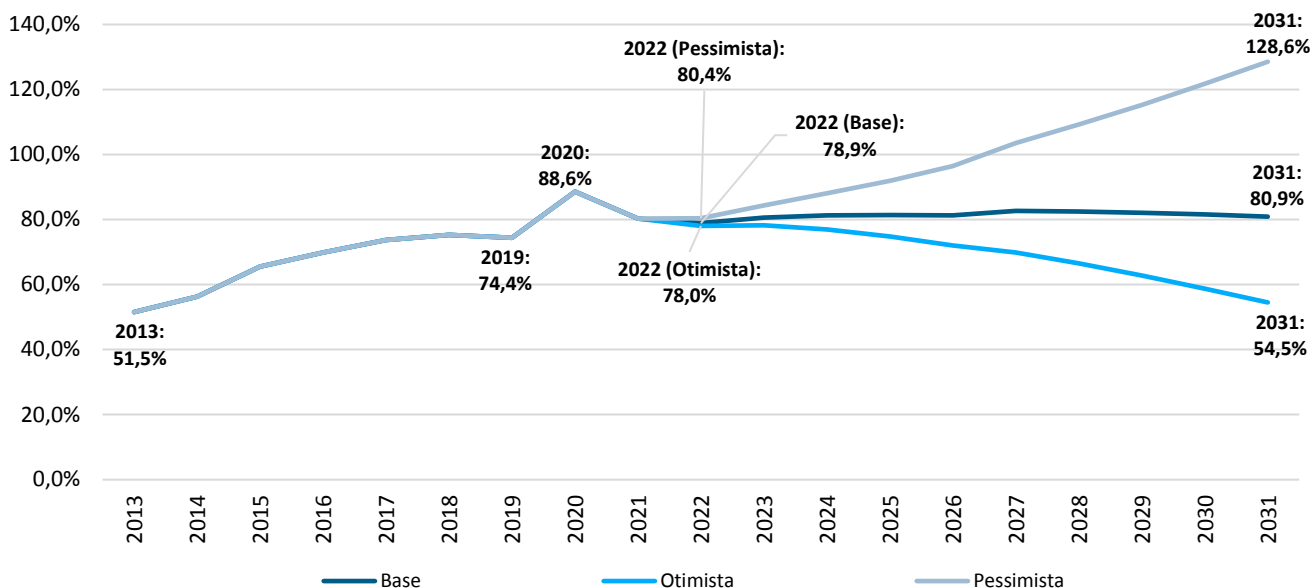
Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

**Projeção para a DBGG é de 78,0% do PIB, no cenário otimista, e de 80,4% do PIB, no cenário pessimista, em 2022.** Para 2022, nos cenários otimista e pessimista, respectivamente, a IFI estima a relação dívida/PIB em 78,0% e 80,4%. O cenário base prevê que a DBGG alcance o nível de 80,9% do PIB em 2031. No pessimista, a dívida alcançaria 128,6% do PIB e, no otimista, 54,5% do PIB até 2031.

**Queda nos níveis de endividamento dependerá da capacidade de geração de superavit primários maiores.** Ainda em relação a trajetória da DBGG em relação ao PIB no horizonte de 2022 a 2031, a perspectiva é de relativa estabilidade, considerando os parâmetros macroeconômicos apresentados na primeira seção, e dada a tendência considerada de resultados primários do setor público. Importante observar os fatores de risco que possam comprometer o crescimento projetado para a economia e a dinâmica dos resultados primários, que fariam a dívida crescer. A eventual queda no endividamento do setor público passa por aumentar a capacidade de geração de superavit primários nos próximos anos.

O Gráfico 19 consolida as trajetórias esperadas nos três cenários da IFI.

**GRÁFICO 19. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DBGG NOS DIFERENTES CENÁRIOS - % DO PIB**



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

As principais premissas para as trajetórias da dívida e as projeções completas, nos cenários base, otimista e pessimista, podem ser visualizadas na Tabela 17 e na Tabela 18 a seguir.

**TABELA 17. PRINCIPAIS PREMISSAS MACROECONÔMICAS E FISCAIS PARA OS CENÁRIOS DE DÍVIDA – MÉDIAS DE 2022 A 2031**

Cenário base								
	nov/19	nov/20	fev/21	mai/21	jun/21	out/21	dez/21	mai/22
Resultado primário (R\$ bilhões)	63,2	-135,8	-85,2	-51,7	37,4	0,4	34,2	45,1
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.238	10.569	10.865	11.145	11.604	11.997	12.200	12.852
Crescimento real do PIB (%)	2,3%	2,4%	2,3%	2,3%	2,3%	2,2%	2,0%	1,9%
Taxa real de juros (%)	3,0%	2,7%	3,1%	3,2%	3,2%	3,4%	3,6%	4,1%
Cenário otimista								
	nov/19	nov/20	fev/21	mai/21	jun/21	out/21	dez/21	mai/22
Resultado primário (R\$ bilhões)	236,2	46,89	150,4	124,5	181,4	140,6	168,83	269,4
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.856	11.289	11.428	11.747	12.313	12.533	12.702	13.413
Crescimento real do PIB (%)	3,4%	3,5%	3,4%	3,5%	3,5%	3,3%	3,1%	2,8%
Taxa real de juros (%)	2,2%	2,2%	2,6%	2,6%	2,6%	2,6%	2,7%	3,3%
Cenário pessimista								
	nov/19	nov/20	fev/21	mai/21	jun/21	out/21	dez/21	mai/22
Resultado primário (R\$ bilhões)	43,03	-305,2	-300,6	-252,2	-83,5	-135,4	-242	-336,2
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.519	10.521	10.744	11.170	11.549	12.099	12.171	13.110
Crescimento real do PIB (%)	1,2%	1,4%	1,3%	1,3%	1,3%	1,2%	1,1%	1,0%
Taxa real de juros (%)	4,6%	4,8%	4,6%	4,7%	4,7%	5,2%	5,0%	5,4%

\*\* Nas revisões de nov/19 a dez/21, a média considera o período de 2022 a 2030. A partir de mai/22, a média passou a considerar o término do horizonte de projeção em 2031.

Fonte: IFI.

**TABELA 18. PROJEÇÕES PARA A DBGG EM % DO PIB ATÉ 2031 – RAF DE MAI/22 E ATUAL**

Ano	Base		Otimista		Pessimista	
	dez/21	mai/22	dez/21	mai/22	dez/21	mai/22
2017	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%
2018	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%
2019	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%
2020	88,6%	88,6%	88,6%	88,6%	88,6%	88,6%
2021	82,1%	80,3%	81,6%	80,3%	82,5%	80,3%
2022	84,8%	78,9%	82,9%	78,0%	87,1%	80,4%
2023	86,6%	80,6%	83,0%	78,3%	91,3%	84,3%
2024	87,4%	81,3%	81,6%	77,0%	95,3%	88,1%
2025	87,9%	81,4%	79,9%	74,8%	100,0%	92,0%
2026	88,5%	81,3%	78,1%	72,1%	105,4%	96,4%
2027	88,7%	82,6%	75,8%	69,9%	111,4%	103,5%
2028	88,8%	82,5%	73,0%	66,5%	118,1%	109,2%
2029	88,6%	82,1%	69,6%	62,8%	125,4%	115,3%
2030	88,3%	81,5%	65,9%	58,7%	133,4%	121,8%
2031		80,9%		54,5%		128,6%

Fonte: IFI.

**Expectativa da IFI é de um superavit primário de R\$ 71,5 bilhões dos governos regionais em 2022.** A atual projeção da dívida/PIB para 2022 no cenário base é afetada pelo superavit primário do setor público consolidado. A projeção de R\$ 12,4 bilhões de dezembro passado foi revista para R\$ 71,5 bilhões em razão, principalmente, do resultado primário dos governos regionais, para o qual a IFI estima R\$ 90,7 bilhões neste ano. Em 2021, o superavit de estados e municípios foi de R\$ 100,7 bilhões. Para o governo central, a IFI estima um deficit primário de R\$ 19,2 bilhões em 2022.

**Inflação mais elevada propiciou redução mais acentuada do endividamento público como proporção do PIB.** A dívida/PIB encerrará 2022 em 78,9% no cenário base, 5,9 p.p. abaixo da projeção anterior de dezembro, e 4,4 p.p. acima do realizado em 2019 (antes da pandemia). Ainda que os resultados das variáveis fiscais tenham sido melhores do que os projetados na fase mais aguda da pandemia, é importante ter claro que, em boa medida, esse desempenho deveu-se à inflação mais alta, que impulsiona as receitas de tributos no curto prazo, afetando o resultado primário.

Em um segundo momento, essa inflação mais elevada provoca reação da autoridade monetária, que aumenta os juros básicos da economia para trazer a inflação a uma trajetória de convergência para a meta. Nesse contexto, o custo médio da dívida pública sobe. A trajetória para a DBGG no cenário pessimista reflete bem essa situação. No cenário base, por sua vez, a convergência do crescimento da economia para uma taxa como 2% garante um aumento continuado da arrecadação e a geração de resultados primários que mantêm a dívida relativamente estável como proporção do PIB.

O desafio estrutural das contas públicas continua a ser o de garantir uma trajetória menos incerta para o endividamento público. As recentes mudanças no teto de gastos, consagradas na chamada PEC dos Precatórios, pioraram as expectativas e explicam, em alguma medida, a deterioração dos juros de mercado precificados para o médio prazo. O crescimento

econômico mais baixo no ano que vem, em razão do esfriamento da atividade econômica, afetará a dinâmica da arrecadação e, portanto, do resultado primário.

**No médio e longo prazo, trajetória da arrecadação de tributos segue o crescimento da economia.** A tendência é que os governos regionais utilizem parte dos saldos positivos acumulados em 2021 e 2022 para ampliar despesas neste ano e no próximo. No governo central, por sua vez, a arrecadação – conforme Estudo Especial nº 16, publicado pela IFI (já referenciado na seção de Cenários Fiscais) – não deverá crescer acima do PIB. A elasticidade receita-PIB de médio prazo circunda a unidade. Também as despesas do governo central serão pressionadas pela mudança no teto e no regime dos precatórios.

**Perspectiva é de recuperação da economia modesta em um contexto de juros elevados e inflação ainda persistente.** O cenário pessimista exacerba o conjunto de riscos negativos, como se vê no Gráfico 19. As recentes decisões no campo da política fiscal – limitação do pagamento de precatórios e mudança na regra do teto de gastos – reforçam a probabilidade desta versão dos cenários da IFI. Por ora, a IFI entende que a saída da crise combinará baixo crescimento, juros elevados e inflação ainda persistente. O reequilíbrio das contas públicas, nesse sentido (mas sem a colaboração da inflação), estará na agenda do país mesmo ao longo do ano eleitoral.

**Selic mais alta pressionará a despesa de juros do setor público em 2022 e 2023.** A Tabela 19 indica a persistência de deficit nominais expressivos após a melhora projetada para 2022. A conta de juros, que ficou em 5,2% do PIB, em 2021, deverá encerrar 2022 em 6,7% do PIB. Para 2023, a elevação da Selic e da taxa implícita da dívida, na esteira do aumento das taxas requeridas nos leilões do Tesouro Nacional, poderá levar a juros de 6,0% do PIB, com deficit nominal de 5,7% do PIB no setor público consolidado. As projeções para os cenários otimista e pessimista podem ser visualizadas a seguir.

**TABELA 19. RESULTADO NOMINAL DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO (% DO PIB)**

Ano	Base			Otimista			Pessimista		
	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros
2018	-7,0%	-1,5%	5,4%	-7,0%	-1,5%	5,4%	-7,0%	-1,5%	5,4%
2019	-5,8%	-0,8%	5,0%	-5,8%	-0,8%	5,0%	-5,8%	-0,8%	5,0%
2020	-13,6%	-9,4%	4,2%	-13,6%	-9,4%	4,2%	-13,6%	-9,4%	4,2%
2021	-4,4%	0,7%	5,2%	-4,4%	0,7%	5,2%	-4,4%	0,7%	5,2%
2022	-5,9%	0,7%	6,7%	-5,1%	1,1%	6,2%	-7,4%	0,2%	7,6%
2023	-5,7%	0,2%	6,0%	-4,3%	0,9%	5,2%	-8,6%	-1,0%	7,6%
2024	-4,5%	0,1%	4,6%	-2,9%	1,1%	4,0%	-8,0%	-1,7%	6,3%
2025	-3,7%	0,3%	4,0%	-1,7%	1,5%	3,2%	-8,1%	-1,8%	6,3%
2026	-3,5%	0,4%	3,9%	-1,2%	1,7%	2,9%	-8,9%	-2,2%	6,7%
2027	-5,0%	-1,0%	4,0%	-1,6%	1,2%	2,9%	-11,9%	-4,5%	7,4%
2028	-3,6%	0,5%	4,1%	-0,5%	2,3%	2,7%	-11,0%	-3,0%	8,0%
2029	-3,5%	0,6%	4,1%	0,1%	2,6%	2,6%	-11,7%	-3,1%	8,6%
2030	-3,3%	0,7%	4,0%	0,6%	2,9%	2,3%	-12,5%	-3,3%	9,2%
2031	-3,2%	0,8%	4,0%	1,1%	3,3%	2,1%	-13,4%	-3,5%	9,9%

Fonte: IFI.



## Tabelas fiscais

TABELA 20. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)

Discriminação	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
<b>Receita Bruta</b>	<b>22,3</b>	<b>22,2</b>	<b>22,1</b>	<b>21,9</b>	<b>21,9</b>	<b>21,7</b>	<b>21,5</b>	<b>21,3</b>	<b>21,0</b>	<b>20,7</b>	<b>20,4</b>
Transferências por repartição de receita a E&M	4,1	4,2	4,2	4,2	4,2	4,1	4,1	4,0	4,0	3,9	3,8
<b>Receita Líquida</b>	<b>18,2</b>	<b>18,0</b>	<b>17,9</b>	<b>17,7</b>	<b>17,7</b>	<b>17,6</b>	<b>17,4</b>	<b>17,3</b>	<b>17,1</b>	<b>16,8</b>	<b>16,6</b>
<b>Despesa Primária</b>	<b>18,6</b>	<b>18,2</b>	<b>18,1</b>	<b>17,9</b>	<b>17,5</b>	<b>17,2</b>	<b>18,4</b>	<b>16,8</b>	<b>16,5</b>	<b>16,1</b>	<b>15,8</b>
<b>Obrigatórias</b>	<b>17,2</b>	<b>16,8</b>	<b>16,7</b>	<b>16,5</b>	<b>16,1</b>	<b>15,9</b>	<b>17,1</b>	<b>15,6</b>	<b>15,2</b>	<b>15,0</b>	<b>14,6</b>
Benefícios previdenciários	8,2	8,1	8,3	8,2	8,1	8,0	8,6	7,9	7,8	7,6	7,5
Pessoal e encargos sociais	3,8	3,5	3,6	3,5	3,4	3,3	3,5	3,2	3,1	3,1	3,0
Abono e Seguro desemprego	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5
Abono salarial	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Seguro desemprego	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Complementação da União ao FUNDEB	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,7	0,3	0,2	0,2	0,2
Subsídios e Subvenções	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Demais obrigatórias	3,1	2,8	2,4	2,4	2,2	2,2	2,1	2,1	2,0	2,0	1,9
sem Controle de Fluxo	1,5	0,5	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,7	2,3	2,2	2,2	2,1	2,1	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8
<i>dos quais</i> Bolsa Família / Auxílio Brasil	0,3	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7
<b>Discrecionárias do Poder Executivo</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,3</b>	<b>1,3</b>	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>	<b>1,1</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,2</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,4</b>	<b>-1,0</b>	<b>0,4</b>	<b>0,6</b>	<b>0,7</b>	<b>0,8</b>
<b>Memo:</b>											
Gastos com a Covid-19	1,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PIB nominal (R\$ bilhões)	<b>8.679,5</b>	<b>9.697,1</b>	<b>10.369,2</b>	<b>11.029,9</b>	<b>11.681,4</b>	<b>12.364,7</b>	<b>13.093,0</b>	<b>13.868,0</b>	<b>14.695,0</b>	<b>15.578,1</b>	<b>16.508,7</b>

TABELA 21. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
<b>Receita Bruta</b>	22,3	22,3	22,3	22,4	22,4	22,2	21,9	21,7	21,5	21,3	21,1
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	4,1	4,2	4,3	4,3	4,3	4,3	4,2	4,2	4,1	4,1	4,0
<b>Receita Líquida</b>	18,2	18,1	18,1	18,1	18,1	17,9	17,7	17,6	17,4	17,2	17,0
<b>Despesa Primária</b>	18,6	18,0	17,7	17,3	16,7	16,2	16,5	15,3	14,8	14,3	13,8
<b>Obrigatórias</b>	17,2	16,6	16,3	15,9	15,4	15,0	15,3	14,2	13,7	13,2	12,8
Benefícios previdenciários	8,2	8,1	8,2	8,0	7,8	7,6	7,8	7,3	7,1	6,9	6,7
Pessoal e encargos sociais	3,8	3,5	3,5	3,4	3,3	3,1	3,2	2,9	2,8	2,7	2,6
Abono e Seguro desemprego	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5
Abono salarial	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Seguro desemprego	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Complementação da União ao FUNDEB	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2
Subsídios e Subvenções	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	3,1	2,7	2,3	2,3	2,1	2,0	1,9	1,9	1,7	1,7	1,6
sem Controle de Fluxo	1,5	0,5	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,7	2,2	2,2	2,1	2,0	1,9	1,8	1,7	1,6	1,6	1,5
<i>dos quais</i> Bolsa Família / Auxílio Brasil	0,3	0,9	0,8	0,8	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5
<b>Discricionárias do Poder Executivo</b>	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1	1,0
<b>Resultado Primário</b>	-0,4	0,1	0,3	0,8	1,4	1,7	1,2	2,2	2,6	2,9	3,2
<b>Memo:</b>											
Gastos com a Covid-19	1,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PIB nominal (R\$ bilhões)	8.679,5	9.738,8	10.434,0	11.178,9	11.948,3	12.778,5	13.678,2	14.654,7	15.712,7	16.852,3	18.045,7

TABELA 22. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
<b>Receita Bruta</b>	22,3	21,4	20,9	20,6	20,5	20,3	20,0	19,8	19,5	19,3	19,1
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	4,1	4,1	4,0	4,0	4,0	3,9	3,8	3,8	3,7	3,7	3,6
<b>Receita Líquida</b>	18,2	17,3	16,9	16,6	16,5	16,4	16,2	16,0	15,8	15,7	15,5
<b>Despesa Primária</b>	18,6	18,1	18,3	18,5	18,4	18,5	20,6	18,9	18,9	18,9	18,9
<b>Obrigatórias</b>	17,2	16,7	16,9	17,1	17,0	17,2	19,3	17,6	17,6	17,7	17,7
Benefícios previdenciários	8,2	8,1	8,5	8,5	8,6	8,6	9,6	8,9	8,9	8,9	9,0
Pessoal e encargos sociais	3,8	3,5	3,7	3,8	3,8	3,9	4,3	4,1	4,1	4,2	4,2
Abono e Seguro desemprego	0,5	0,6	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Abono salarial	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Seguro desemprego	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Complementação da União ao FUNDEB	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,9	0,3	0,3	0,3	0,3
Subsídios e Subvenções	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	3,1	2,8	2,4	2,4	2,4	2,4	2,3	2,3	2,2	2,2	2,2
sem Controle de Fluxo	1,5	0,5	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,7	2,3	2,3	2,3	2,2	2,2	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1
<i>dos quais</i> Bolsa Família / Auxílio Brasil	0,3	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
<b>Discricionárias do Poder Executivo</b>	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2
<b>Resultado Primário</b>	-0,4	-0,7	-1,4	-1,9	-1,9	-2,1	-4,4	-2,9	-3,1	-3,3	-3,4
<b>Memo:</b>											
Gastos com a Covid-19	1,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PIB nominal (R\$ bilhões)	8.679,5	9.693,9	10.451,5	11.147,7	11.838,6	12.572,8	13.358,1	14.198,3	15.096,3	16.048,6	17.074,8

**Projeções da IFI**

	2017	2018	2019	2020	2021	Projeções					
						2022	2023	2024	2025	2026	2027
PIB – crescimento real (% a.a.)	1,32	1,78	1,22	-3,88	4,62	1,02	1,02	1,99	2,01	2,06	2,09
PIB – nominal (R\$ bilhões)	6.585	7.004	7.389	7.468	8.679	9.697	10.369	11.030	11.681	12.365	13.093
IPCA – acum. (% no ano)	2,95	3,75	4,31	4,52	10,06	7,85	4,04	3,23	3,00	3,00	3,00
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,31	3,87	4,03	5,20	5,58	5,10	5,15	5,19	5,22	5,25	5,28
Ocupação - crescimento (%)	0,32	1,73	2,23	-7,75	4,99	5,00	0,49	0,95	0,97	0,99	1,01
Massa salarial - crescimento (%)	1,99	3,29	2,73	-3,69	-2,36	0,28	1,02	1,99	2,01	2,06	2,09
Selic – fim de período (% a.a.)	7,00	6,50	4,50	2,00	9,25	13,25	9,50	7,50	7,00	7,00	7,00
Juros reais <i>ex-ante</i> (% a.a.)	2,82	2,61	0,79	-0,70	6,39	5,68	4,49	3,95	3,92	3,90	3,89
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-1,68	-1,55	-0,84	-9,41	0,75	0,74	0,23	0,06	0,32	0,36	-0,97
dos quais Governo Central	-1,89	-1,72	-1,28	-10,06	-0,39	-0,20	-0,25	-0,17	0,22	0,35	-0,97
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	6,09	5,41	4,97	4,18	5,17	6,68	5,98	4,60	3,98	3,88	4,02
Resultado Nominal (% do PIB)	-7,77	-6,96	-5,81	-13,60	-4,42	-5,94	-5,75	-4,54	-3,66	-3,52	-4,99
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	73,7	75,3	74,4	88,6	80,3	78,9	80,6	81,3	81,4	81,3	82,6